

estudos pesquisas

Ano 3 – Nº 32 – Março de 2007

As Mulheres e o Salário Mínimo nos mercados de trabalho metropolitanos

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

As Mulheres e o Salário Mínimo nos mercados de trabalho metropolitanos

Para subsidiar o debate sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, na ocasião em que se comemora a luta internacional das mulheres por maior equidade, o DIEESE apresenta o estudo *As Mulheres e o Salário Mínimo nos mercados de trabalho metropolitanos*. O trabalho é resultante de informações apuradas pelo Sistema Estatístico Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED) no Distrito Federal e em cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo), esforço conjunto do DIEESE, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), do Ministério do Trabalho e Emprego/FAT e de governos locais.

Neste ano, dados de 1999 foram confrontados com os de 2006, para avaliar as condições ocupacionais e de remuneração das mulheres nos primeiros anos desta década. A proposta também foi discutir o alcance da política de valorização do salário mínimo nacional entre as trabalhadoras ocupadas, além de traçar o perfil daquelas cujos rendimentos ficaram limitados, no ano anterior, ao mínimo legal.

1. A inserção feminina nos mercados de trabalho metropolitanos

Em 2006, no Distrito Federal e nas cinco regiões metropolitanas onde a PED é realizada, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina somava 8,878 milhões de pessoas, passando a corresponder a 46,7% da PEA metropolitana. Entre essas trabalhadoras, a maior parcela compunha a força de trabalho ocupada, enquanto 19,8% delas permaneciam em situação de desemprego (1,754 milhões de mulheres) - Tabela 1.

TABELA 1
Estimativa da População Economicamente Ativa segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2006

(em 1.000 pessoas)

Condição de Atividade	Total	Mulheres	%
População Economicamente Ativa	18.993	8.878	46,7
Ocupados	15.808	7.122	45,1
Desempregados	3.185	1.754	55,1

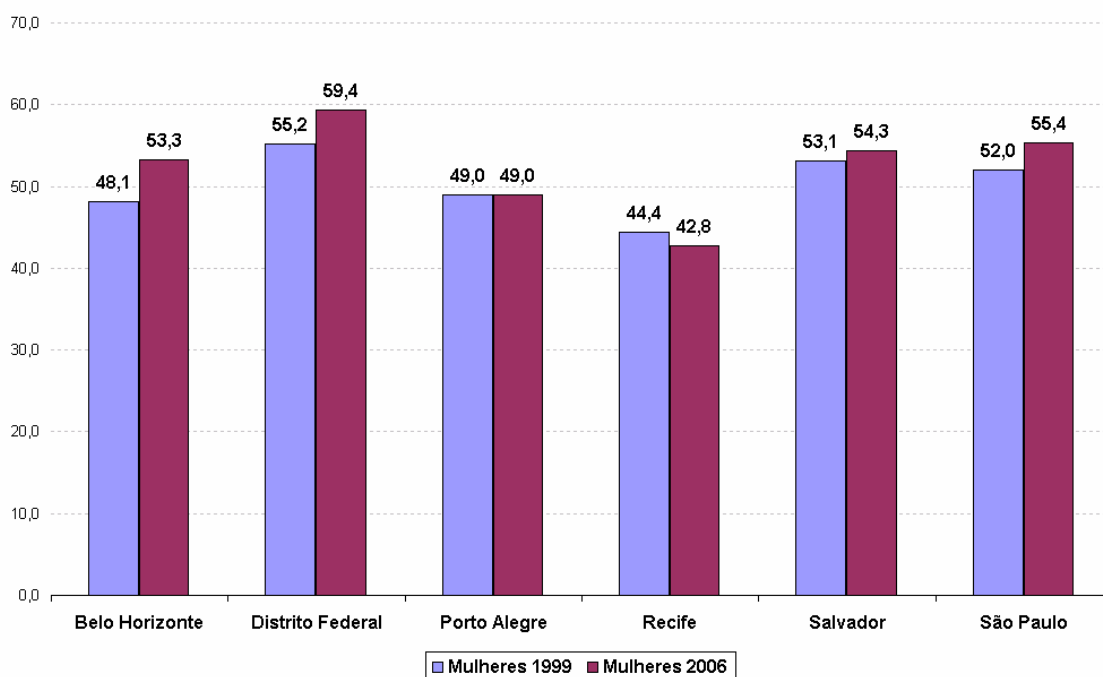
Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

A proporção das mulheres na população economicamente ativa é semelhante nas seis regiões pesquisadas. Varia de 49,1%, no Distrito Federal, a 45,2%, na Região Metropolitana do Recife. Tais percentuais refletem o crescimento das taxas de participação femininas na década de 90 e nos primeiros anos da atual.

Com efeito, na primeira metade desta década, a incorporação de mulheres à força de trabalho das áreas metropolitanas continuou crescendo intensamente e em ritmo superior ao observado para o contingente masculino. O avanço efetuado pelas brasileiras a passos firmes em direção ao mundo do trabalho fica expresso, principalmente, na elevação das taxas de participação femininas do Distrito Federal e das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo e Salvador, onde passaram de 55,2%, 48,1%, 53,1% e 52,0% de suas respectivas populações femininas com idade igual ou superior a 10 anos, em 1999, para os atuais 59,4%, 53,3%, 54,3% e 55,4% , respectivamente (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Taxas de Participação da População em Idade Ativa segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999 e 2006

(em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Entre 1999 e 2006, ocorreu importante e generalizada queda do desemprego nas áreas pesquisadas, o que, sem dúvida, revela melhora nas condições de inserção ocupacional das mulheres.

As taxas de desemprego total femininas decresceram com mais intensidade nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de Belo Horizonte, onde passaram dos 21,9% e 20,4% das mulheres presentes na força de trabalho local em 1999 para patamar de 16,9%, nas duas localidades no último ano.

A busca feminina por uma inserção produtiva, porém, continuou sendo marcada pela desigualdade de oportunidades ocupacionais relativamente à enfrentada pela população masculina. Não apenas os patamares registrados nas taxas de desemprego entre homens e mulheres permaneceram desfavoráveis ao segmento feminino, como estas diferenças foram ampliadas, no período em análise, devido à queda mais intensa das taxas de desemprego dos homens em praticamente todas as regiões investigadas (Tabela 2). De tal sorte, o período compreendido entre 1999 e 2006 caracterizou-se tanto pelo declínio quanto pela feminização do desemprego.

TABELA 2
Taxa de desemprego total segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999 -2006

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	1999			2006		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	17,9	15,9	20,4	13,8	11,0	16,9
Distrito Federal	22,1	19,2	25,2	18,8	15,9	21,8
Porto Alegre	19,0	16,7	21,9	14,3	12,0	16,9
Recife	22,1	19,6	25,2	21,3	18,4	24,8
Salvador	27,7	25,8	29,9	23,6	20,4	27,0
São Paulo	19,3	17,3	21,7	15,8	13,4	18,6

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nos primeiros anos desta década, acompanhando a queda das taxas de desemprego, os rendimentos recebidos pela população ocupada metropolitana tiveram trajetória declinante, independentemente do sexo. Este movimento, no entanto, diferente do ocorrido em relação ao desemprego, foi mais ameno para as mulheres.

Essa situação fez com que a histórica diferença nas remunerações do trabalho de homens e mulheres fosse diminuída. Assim, a proporção dos rendimentos reais auferidos por hora pelas mulheres alcançou, em 2006, o melhor desempenho em Porto Alegre (81,7%) e em Recife (81,8%). No Distrito Federal, onde foram registrados os mais elevados patamares das remunerações do trabalho entre as áreas pesquisadas, este percentual ficou limitado a apenas 75,4% (Tabela 3).

TABELA 3
Rendimento por hora trabalhada (1) dos ocupados no trabalho principal, segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1999 e 2006
(em reais de novembro de 2006)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	1999		2006		Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	1999	2006
Belo Horizonte	4,30	5,66	4,58	5,99	76,0	76,5
Distrito Federal	7,79	10,39	6,53	8,67	74,9	75,4
Porto Alegre	4,89	6,23	4,54	5,56	78,5	81,7
Recife	3,38	4,52	2,83	3,46	74,7	81,8
Salvador	3,87	5,20	3,72	4,61	74,5	80,7
São Paulo	6,67	8,76	5,21	6,70	76,2	77,7

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE

De modo geral, sabe-se que a simultaneidade entre a melhora das condições de emprego e queda nos rendimentos dos trabalhadores em curso no mercado de trabalho metropolitano nacional está relacionada, de algum modo, ao uso de estratégias empresarias que associam queda dos custos laborais à rotatividade da força de trabalho.

A melhor sustentação dos rendimentos femininos neste cenário, entretanto, necessita de outras hipóteses explicativas. Entre estas, por sua vez, ganha cada vez mais espaço a análise da política de valorização do salário mínimo nacional, remuneração visivelmente mais freqüente entre as mulheres.

2. As mulheres predominam entre os trabalhadores que recebem salário mínimo

Em 2006, o número de trabalhadoras que receberam remunerações equivalentes até um salário mínimo somava 2,208 milhões de mulheres, correspondendo a 31,0% das ocupadas no mercado de trabalho metropolitano avaliado pelo *Sistema PED*. Desse modo, quase um terço das mulheres que trabalhavam nestas economias urbanas, o fazia por remunerações diminutas.

Este percentual, contudo, deve ser interpretado com cautela, pois encobre a disparidade no padrão distributivo dos rendimentos do trabalho entre as regiões estudadas. Enquanto, em Porto Alegre, 20,9% das ocupadas alcançavam ganhos que se limitavam ao salário mínimo, na Região Metropolitana de Recife, esta era a situação de mais da metade das mulheres (53,9%). Proporção igualmente elevada foi identificada em Salvador, 49,2% (Tabela 4).

TABELA 4
Estimativa da população ocupada feminina total e da população
ocupada feminina que recebe até um salário mínimo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2006

(em 1.000 pessoas)

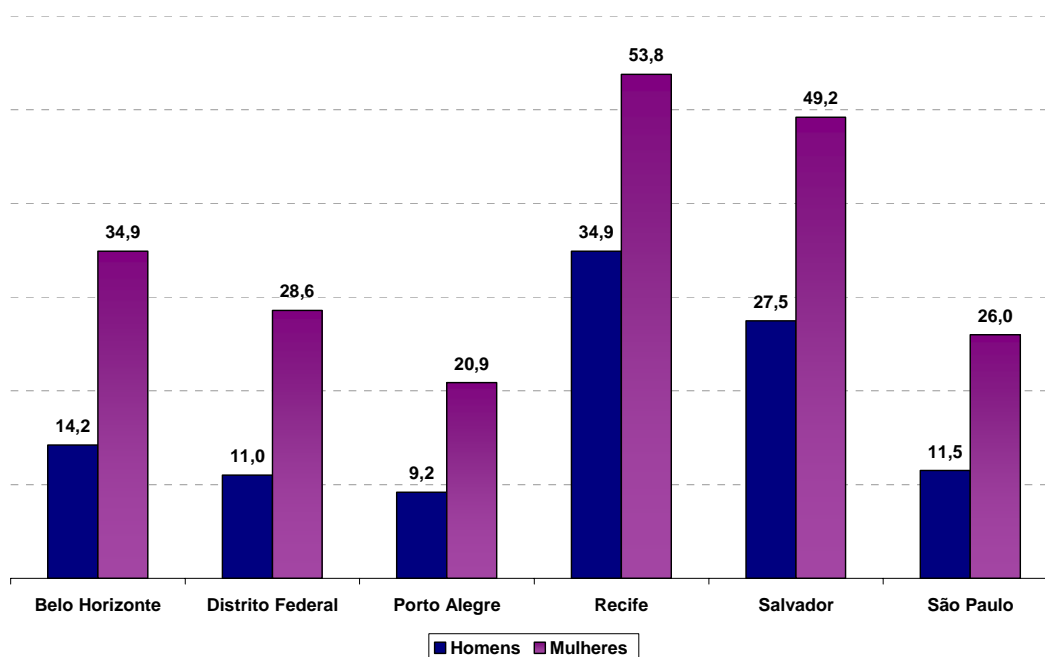
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	População Feminina Ocupada		
	Total (A)	Com remuneração até um salário mínimo (B)	B/A (%)
Total	7.122	2.208	31,0
Belo Horizonte	965	337	34,9
Distrito Federal	478	137	28,6
Porto Alegre	704	147	20,9
Recife	542	292	53,8
Salvador	616	303	49,2
São Paulo	3.817	992	26,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

São também acentuadamente distintas as proporções de homens e mulheres que vivem do salário mínimo. Ainda que, também para eles, haja grande diferenciação regional, a proporção de homens remunerados em níveis mínimos se limitava a 34,9% em Recife e 9,2% em Porto Alegre (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Proporção de homens e mulheres ocupados que recebem até um salário mínimo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2006

(em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

É comum afirmar-se que as trabalhadoras recebem menos do que os homens porque se inserem profissionalmente em ocupações de menor qualificação, produtividade e prestígio social. Estas reflexões são verdadeiras, porém permanecerão incompletas se a elas não se agregar a evidência de que os chamados guetos ocupacionais femininos resultam de uma construção cultural, que designa o lugar das mulheres no mundo produtivo.

A inserção setorial das mulheres remete à dinâmica ocupacional do segmento dos serviços, no qual se encontram os subsetores de saúde e educação, além dos serviços pessoais, e, principalmente, do emprego doméstico. Embora fundamentais para a organização social e, portanto, garantidores dos processos de transformação produtiva e de circulação da riqueza, os segmentos que mais absorvem força de trabalho feminina são os mais desvalorizados no mercado de trabalho e os que tendem a propiciar remunerações mínimas reguladas pelo poder estatal.

Quando se busca retratar as relações existentes entre o padrão de remuneração das mulheres e o salário mínimo nacional, o emprego doméstico se destaca. O segmento é o segundo com a maior inserção produtiva do contingente feminino, absorvendo entre 22,5% no Distrito Federal e 16,3% na de Porto Alegre. As remunerações do segmento, em geral, beiram o mínimo constitucional.

A análise da remuneração, em classes de salários mínimos, das trabalhadoras que atuam no emprego doméstico indica o percentual das que recebem menos que o mínimo oscila entre 30,9% (Porto Alegre) e 39,3% (Distrito Federal). As que recebem exatamente o salário mínimo são 33,2% em Porto Alegre e 55,4%, no Distrito Federal (Tabela 5).

TABELA 5
Distribuição das ocupadas nos serviços domésticos segundo classes de salário mínimo ⁽¹⁾
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -2006

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total (2)	Classe de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	19,4	34,2	36,4	16,7	(3)	(3)
Distrito Federal	22,5	39,3	55,4	23,9	(3)	(3)
Porto Alegre	16,3	30,9	33,2	17,4	5,4	(3)
Recife	22,2	33,8	36,9	10,3	(3)	(3)
Salvador	20,7	35,6	40,4	7,3	(3)	(3)
São Paulo	19,5	32,9	35,9	22,5	8,0	(3)

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

(2) Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O exame das formas de inserção no mercado de trabalho demonstra que a maior parte das mulheres, assim como o conjunto dos ocupados, tem contratação assalariada e de acordo com padrões previstos na legislação brasileira. Neste segmento, concentram-se entre 37,3% (Recife) e 51,4% (Porto Alegre) das ocupadas (Tabela 6).

TABELA 6
Distribuição das mulheres ocupadas, no trabalho principal,
segundo formas de inserção e classes de salário mínimo ⁽¹⁾
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2006

(em porcentagem)

Formas de Inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Recife		
	Total (2)	Menos de 1 SM	1 SM	Total (2)	Menos de 1 SM	1 SM	Total (2)	Menos de 1 SM	1 SM
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratados	63,6	28,6	55,4	63,2	23,2	37,1	58,9	29,0	56,4
À margem da modalidade padrão (3)	17,3	25,8	20,6	20,2	21,7	19,2	21,6	28,4	24,0
Na modalidade padrão (4)	46,3	(7)	34,8	43,0	(7)	17,9	37,3	(7)	32,4
Conta Própria (5)	13,2	36,3	7,8	11,4	37,2	(7)	17,2	36,9	6,4
Empregados Domésticos	19,4	34,2	36,4	22,5	39,3	55,4	22,2	33,8	36,9
Mensalista	14,0	14,2	33,8	17,3	17,0	50,8	16,3	17,5	36,1
Diarista	5,4	20,0	(7)	5,2	22,3	(7)	5,9	16,3	(7)
Outros (6)	3,8	(7)	(7)	2,8	(7)	(7)	1,7	(7)	(7)

Formas de Inserção	Porto Alegre			Salvador			São Paulo		
	Total (2)	Menos de 1 SM	1 SM	Total (2)	Menos de 1 SM	1 SM	Total (2)	Menos de 1 SM	1 SM
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratados	67,4	32,9	52,9	57,1	19,0	53,1	66,4	34,6	54,8
À margem da modalidade padrão (3)	16,0	26,3	27,6	19,2	18,3	25,6	23,2	33,0	38,8
Na modalidade padrão (4)	51,4	6,6	25,3	37,9	(7)	27,5	43,2	(7)	16,1
Conta Própria (5)	12,4	34,9	13,4	19,5	44,5	6,1	10,8	31,5	8,8
Empregados Domésticos	16,3	30,9	33,2	20,7	35,7	40,4	19,5	32,9	35,9
Mensalista	11,9	13,0	28,5	18,0	27,0	39,8	14,4	17,7	32,3
Diarista	4,4	17,9	(7)	2,8	8,7	(7)	5,1	15,2	(7)
Outros (6)	3,9	(7)	(7)	2,6	(7)	(7)	3,2	(7)	(7)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

(2) Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) Inclui os assalariados sem carteira do setor privado, os assalariados sem carteira do setor público, os terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.

(4) Inclui os assalariados com carteira do setor privado, os assalariados com carteira do setor público e os estatutários.

(5) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público em geral e os donos de negócio familiar.

(6) Inclui os empregadores, os profissionais universitários autônomos etc.

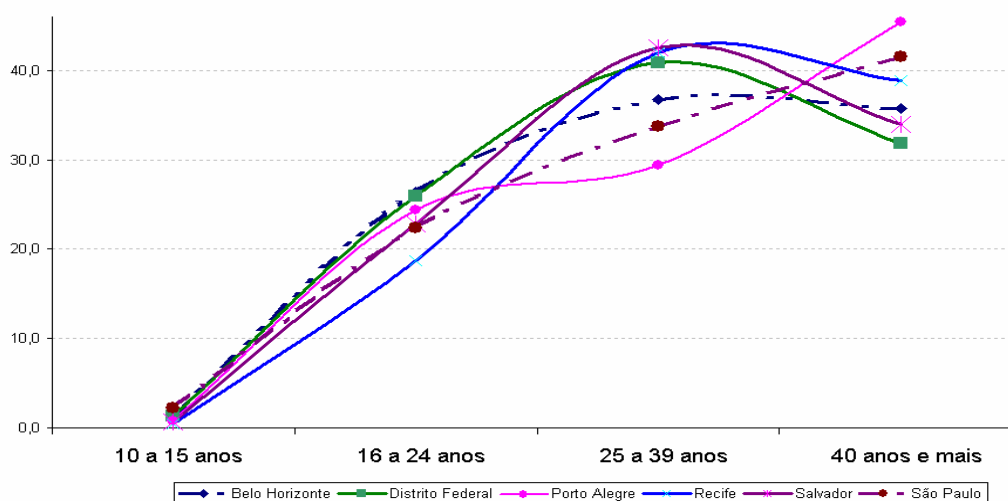
(7) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entre as ocupadas que receberam menos de um salário mínimo em 2006, a maioria se concentra em inserções como diarista no emprego doméstico, como trabalhadora por conta própria e assalariadas contratadas à margem da modalidade padrão.

3 - Mulheres de 40 anos ou mais, com baixa escolaridade são maioria entre as que recebem até um salário mínimo

Na maioria das regiões investigadas pelo **Sistema PED**, entre as ocupadas cujas remunerações se limitaram a um salário mínimo em 2006, predominavam as mulheres adultas, na faixa etária entre 25 e 39 anos, seguidas por aquelas que tinham 40 anos ou mais de idade (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição das ocupadas que recebem até um salário mínimo segundo idade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2006
(em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Embora este quadro reproduza as tendências gerais de inserção ocupacional e ciclo de vida identificadas no conjunto da ocupação urbana nacional, alguns aspectos das informações identificadas pela PED se destacam. Neste sentido, cumpre salientar que nas áreas metropolitanas nordestinas encontravam-se, entre as ocupadas, os maiores percentuais de mulheres entre 25 e 39 anos que, em 2006, recebiam até um salário mínimo: 42,0% na Região Metropolitana de Recife e 42,5% , na de Salvador. Nas áreas metropolitanas de São Paulo e de Porto Alegre, contudo, as mulheres na faixa etária equivalente ou superior aos 40 anos são maioria entre as ocupadas de menores ganhos.

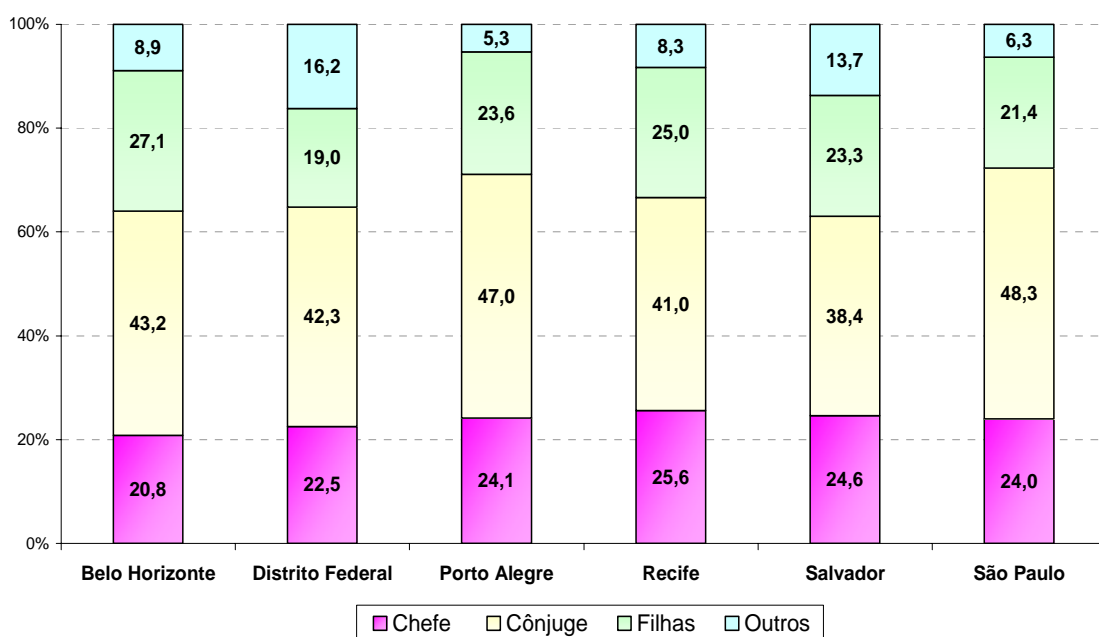
Este padrão, associado à trajetória de envelhecimento da População Economicamente Ativa do país, também revela que patamares mais baixos de remuneração são mais frequentes entre mulheres que detêm maior responsabilidade no grupo familiar. Com efeito, entre as ocupadas que receberam até

um salário mínimo no ano anterior, nas regiões pesquisadas, pelo menos 64,0% eram chefes e/ou cônjuges em seus domicílios.

A maior responsabilidade na organização e manutenção do domicílio, associada às remunerações reduzidas, constitui grande desafio, especialmente para as trabalhadoras que desempenham a função de chefia de suas residências: Das ocupadas de até um salário mínimo, elas correspondiam, no ano em análise, entre 20,8%, em Belo Horizonte, e 25,6%, em Recife.

Por sua vez, as mulheres que desempenham o papel de cônjuges em famílias nucleares e que se inserem no mundo do trabalho com ganhos em níveis muito baixos, em geral, se ocupam profissionalmente porque sua contribuição ao orçamento familiar é relevante e necessária. Este contingente feminino variou, em 2006, de 38,4%, na Região Metropolitana de Salvador a 48,3% na de São Paulo (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Distribuição das ocupadas que recebem até um salário mínimo segundo
posição no domicílio Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 2006
(em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

A proporção do contingente juvenil feminino, formado por ocupadas entre 16 e 24 anos, e o das filhas no conjunto das trabalhadoras que recebem até um salário mínimo é bastante semelhante nas áreas pesquisadas pela PED, sugerindo esperada convergência desses agrupamentos. Em 2006, esse

primeiro percentual das jovens variou entre 26,4%, em Belo Horizonte, e 18,7%, em Recife, enquanto o das filhas ficou entre 27,1%, em Belo Horizonte, e 19,0% no Distrito Federal.

Entre as ocupadas com rendimentos limitados a um salário mínimo em 2006, a maior parcela havia alcançado níveis de escolarização restritos. Na maioria das regiões investigadas pela PED, era relevante o volume de mulheres analfabetas entre essas ocupadas – na Região Metropolitana de Recife, chegou a 6,9%. Agregue-se a isso o fato de a maior proporção das mulheres ocupadas possuírem apenas o ensino fundamental incompleto em todas as regiões onde a **PED** é realizada - segmento que oscilou entre 45,9% (Porto Alegre) e 40,9% (Recife) - Tabela 7.

TABELA 7
Distribuição das ocupadas que recebem até um salário mínimo segundo escolaridade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2006

(em porcentagem)

Escolaridade	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetos	2,8	(2)	(2)	6,9	4,7	5,3
Ensino Fundamental	57,5	57,6	61,6	51,2	47,9	58,7
Incompleto (1)	44,1	44,0	45,9	40,9	37,2	44,9
Completo	13,4	13,6	15,7	10,4	10,7	13,8
Ensino Médio	34,1	34,9	28,5	37,5	43,0	32,3
Incompleto	9,4	11,4	10,2	8,2	11,4	9,6
Completo	24,7	23,6	18,3	29,3	31,6	22,7
Ensino Superior	5,6	(2)	7,4	4,3	4,4	3,7
Incompleto	4,2	(2)	5,4	2,8	3,5	(2)
Completo	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolarização.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

O segmento das mulheres com ensino médio completo também é absorvido de modo relevante pelas inserções ocupacionais que propiciam as menores remunerações. Este é o segundo agrupamento de mulheres mais freqüente entre as ocupadas que receberam até um salário mínimo, correspondendo a 31,6% na Região Metropolitana de Salvador, 29,3% em Recife e 24,7% em Belo Horizonte.

4. Considerações finais

Entre 1999 e 2006, as mulheres das regiões pesquisadas pelo Sistema PED continuaram a se destacar pela intensa entrada no mercado de trabalho. Chegando a corresponder a quase metade da PEA metropolitana (46,7%), a força de trabalho feminina contabilizou, no último ano, 8,878 milhões mulheres. Embora tenham presença cada vez mais expressiva no mundo produtivo e venham se deparando com uma conjuntura mais favorável à geração de empregos, as trabalhadoras ainda enfrentam uma nítida desigualdade de oportunidades ocupacionais comparativamente aos homens: O desemprego continua sendo maior para o segmento feminino e seus rendimentos não superam o patamar de 81,8% dos ganhos masculinos.

Neste estudo, viu-se que as mulheres concentram-se em ocupações fundamentais para a organização social que, no entanto, são pouco valorizadas e têm seu padrão de remuneração regulado pelo poder estatal. Tal situação fez com que as mulheres fossem relativamente mais beneficiadas com a política de valorização do salário mínimo, o que, por sua vez, explica a melhor sustentação das remunerações femininas diante do ajuste de renda empreendido no âmbito do mercado de trabalho nos últimos anos.

Entre as mulheres que recebem as menores remunerações, destaca-se a necessidade de sobrevivência e a escassez de alternativas, denunciadas pelo perfil etário mais elevado, pelas grandes responsabilidades familiares enfrentadas pelas chefes e cônjuges que contribuem com o orçamento doméstico e pelo estigma da baixa escolarização.

É clara a importância da valorização do salário mínimo na promoção de melhores condições de vida das brasileiras e, conseqüentemente, para uma sociedade mais justa, almejada por todos os trabalhadores.

DIEESE

Direção Executiva

João Vicente Silva Cayres – Presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Carlos Eli Scopim – Vice-presidente
STI. Metalúrgicas de Osasco
Tadeu Moraes de Sousa - Secretário
STI. Metalúrgicas de São Paulo
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor
SEE. Bancários de São Paulo
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos
Nelson Karam – coordenador de relações sindicais

Equipe técnica responsável

Ana Paula Sperotto
Antonio Ibarra
Carlindo Rodrigues de Oliveira
Edgard Fusaro
Eduardo Miguel Schneider
Jairo Santiago
Lúcia Garcia
Mário Rodarte
Marise Hoffmann
Patrícia Lino Costa (revisão)
Thaiz Braga
Jairo Santiago
Geni Marques/Iara Heger (revisão)